

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 926.870 - MG
(2016/0143725-8)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : CIAFAL - COMERCIO E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE FERRO E ACO S/A
ADVOGADOS : GABRIEL SIQUEIRA ELIAZAR DE CARVALHO E OUTRO(S) - MG139460
ARTUR LOPES PAIVA - MG188453
AGRAVADO : BANCO VOTORANTIM S.A.
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
AGRAVADO : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : MARCIO KOJI OYA E OUTRO(S) - SP165374
BRUNO MARTINS MIRANDA DE ASSIS E OUTRO(S) - MG085925

DECISÃO

Cuida-se de agravo regimental interposto por **CIAFAL S/A**, em **recuperação**, contra a decisão de fls. 1192/1197, deste signatário, que negou provimento ao agravo em recurso especial, com base na seguinte fundamentação: **i)** inoccurrence de negativa a prestação jurisdicional, pois o tribunal se manifestou sobre todos os pontos essenciais para o deslinde da controvérsia; **ii)** os créditos garantidos por cessão fiduciária não se submetem ao plano de recuperação judicial, consoante entendimento do STJ; **iii)** rever a conclusão do Tribunal de origem, o qual constatou a validade do instrumento de constituição de cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios, demandaria o reexame de fatos e provas; e **iv)** a incidência da súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial.

Irresignada, a agravante interpôs agravo interno (fls. 1203/1212, e-STJ), no qual assevera, em suma, que: **i)** o Tribunal não analisou a seguinte tese "*a submissão dos créditos fiduciários aos efeitos da Recuperação judicial, visto que essenciais ao regular prosseguimento da atividade empresarial da recuperanda*" (fls. 1205/1206, e-STJ); **ii)** não houve manifestação da tese sobre a intempestividade do instrumento de constituição de cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios; e **iii)** a decisão do juízo recuperacional deve ser utilizada como parâmetro sobre a essencialidade dos créditos à recuperação judicial.

Nesse contexto, reconsidero a decisão monocrática de fls. 1192/1197 e passo a novo exame da irresignação.

1. Em sede de agravo de instrumento, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da recorrente, tendo em vista que os créditos garantidos por cessão fiduciária não se submetem ao plano de recuperação judicial, consoante entendimento do STJ.

Opostos embargos de declaração, pela agravante, ora recorrente, a Corte *a quo* rejeitou os aclaratórios (fls. 1045/1052, e-STJ), entendendo que "*Todas as questões ora suscitadas foram devidamente enfrentadas no acórdão, não se identificam as omissões apontadas, na verdade, objetiva a embargante obter a reapreciação da lide, insistindo em seus argumentos, embora devidamente enfrentados.*" (fl. 1048, e-STJ).

Contudo, deixou de se manifestar acerca da "[...] *essencialidade desses valores (duplicatas) para a Recuperação Judicial* e não se esses valores são extraconcursais. [...] *Como dito, a garantia fiduciária que se discute não é uma simples garantia, ela é uma garantia substancial ao próprio êxito da Recuperação Judicial.*" (fl. 1038, e-STJ).

Nesses termos, evidencia-se a violação ao art. 535, II, do CPC/73, como alegado pela recorrente.

Nesse sentido, confira-se:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES IMPORTANTES AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA CARENTES DE APRECIÇÃO. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Manutenção da decisão agravada, a qual, reconsiderando o decisum anterior, determinou o retorno dos autos à Corte de origem, para que haja efetiva emissão de juízo de valor acerca dos argumentos expendidos pelo ora agravado na apelação e nos embargos declaratórios.

2. Não se quer, com isso, dizer que as questões argüidas serão acolhidas, muito menos que serão rejeitadas, o intuito do retorno dos autos é conferir às partes uma prestação jurisdicional completa e fundamentada.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no Ag 869.343/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 04/10/2011)

Ainda:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO QUE APENAS FAZEM ALUSÃO AO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC.

1. O art. 512 do CPC estabelece que "o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso". Por isso não pode o relator, ao apreciar os embargos infringentes, apenas fazer referência aos fundamentos lançados na apelação, notadamente se esta foi provida e a sentença totalmente reformada, desprezando, por completo, as razões recursais expendidas nos embargos infringentes e as considerações acerca do voto divergente.

2. Os recursos de apelação e de embargos infringentes ostentam faixas de devolutividade diversas. Enquanto o primeiro possui efeito devolutivo amplo, o segundo está adstrito aos limites do voto vencido, balizado sempre pela impugnação realizada pelo embargante, o que inviabiliza a mera alusão aos fundamentos do voto vencedor, proferido na apelação.

3. Nestes termos, é nulo o acórdão dos embargos infringentes, por ausência de fundamentação, quando apenas se reporta às razões do acórdão proferido na apelação.

4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 685.384/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 26/10/2009)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC e na Súmula 568/STJ,

reconsidero a decisão monocrática de fls. 1192/1197 para, de imediato, conhecer do agravo e dar provimento ao recurso especial para cassar a decisão proferida em sede de embargos de declaração, determinando que outra seja proferida, sanando-se as omissões apontadas, restando prejudicada a análise das demais questões suscitadas nas razões recursais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

